



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais

---

## **POBREZA, PUNIÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL**

**INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE A POBREZA: ELEMENTOS ACERCA DO CONTRIBUTO ANALÍTICO DE LOÏC WACQUANT**

---

PINTO, Rui Pedro

Licenciado em Sociologia e Mestre em Ciências Sociais

ISFLUP/ESEIPP

rppinto@vodafone.pt

---

---



#### Resumo

Reflecto sobre elementos da produção teórica sociológica conducentes à compreensão do fenómeno da penalização da pobreza, seleccionando o contributo analítico de Loïc Wacquant para a produção de conhecimentos sociológicos estáveis acerca da intervenção estatal sobre a pobreza, procurando revelar e relevar a forte capacidade heurística e de replicação da sua agenda de pesquisa.

#### Abstract

I reflect on sociological work leading to the understanding of penalization of poverty, selecting the analytical input of Loïc Wacquant for the production of sociological knowledge about the state intervention on poverty, trying to reveal and stress the strong heuristic and replicable capacity of his research agenda.

Palavras-chave: Estado Penal; penalização da pobreza; Loïc Wacquant

Keywords: Penal State; penalization of poverty; Loïc Wacquant

PAP0256



*O título desta comunicação é Pobreza, Punição e Intervenção Social, ao qual acresci o subtítulo Intervenção estatal sobre a pobreza: elementos acerca do contributo analítico de Loïc Wacquant. Optei por balizar um conjunto de dimensões constantes na proposta submetida a aprovação, que abria itinerários teórico-empíricos com vários destinos, perspectivando uma comunicação de curta duração, centrada na problematização de fundamentos conceptuais e empíricos do campo sociológico da pobreza e intervenção social.*

É minha intenção explicitar elementos da produção teórica sociológica vinculada a quadros analíticos e observações conducentes à compreensão do fenómeno da penalização da pobreza. Esse segmento teórico tem vindo a evidenciar que as formações sociais do vasto espectro capitalista na sua forma avançada, bem como formações de intersecção com propriedades (semi-)periféricas, apresentam, nas três/quatro últimas décadas - com importantes variações espaço-temporais -, profundas transformações na estrutura da regulação estatal. Dois movimentos concomitantes e articulados corporizam essa evolução: a retracção do Estado Social e o alargamento e endurecimento do Estado Penal<sup>1</sup>.

O recuo do Estado Social consubstancia-se no encurtamento da protecção social, amplificado nos seus efeitos por políticas económicas que passam pela reorganização permissiva do mercado de emprego (o trabalho assalariado como parte da questão social contemporânea, por via da sua excessiva dessocialização, fragmentária e precarizante). A insegurança social decorrente, portanto, da regressão do Estado Social e da vulnerabilização de segmentos (secundários) do mercado de trabalho no quadro da referência ideológica neoliberal é, na produção teórica assinalada, regulada e gerida pelo Estado com vista à sua própria normalização e difusão e à contenção dos problemas sociais que ela carrega (desemprego, marginalidade, conflituosidade). Este duplo objectivo apontado à região do espaço social marcada pelo forte peso da dominação é visado através da disciplina do *Workfare*, como mercadorização do estatuto dos indivíduos, e do constrangimento de um sistema repressivo sobredimensionado e hiperactivo, socialmente selectivo (forte limitação policial da visibilidade da pobreza em determinados segmentos do espaço público, aumento do encarceramento, agravamento e endurecimento das penas para certas transgressões, programas de assistência intrusivos), ancorado numa política de penalização/criminalização da pobreza e na correlativa gestão político-mediática da temática da insegurança urbana e das classes perigosas. Essa política consiste em «transformar um problema político, enraizado na desigualdade económica e insegurança social, num problema de criminalidade [e de manutenção da lei e ordem]. Para tratá-lo, utiliza o sistema policial, prisional, judicial, a fim de não ter de tratar a realidade política e económica que está por detrás dele» (Wacquant, 2005a, p.10). A penalização da pobreza constitui-se como uma resposta política, não ao crescimento da insegurança criminal - asserção fundamentada empiricamente na recusa do binómio estreito crime-castigo -, mas à difusão da insegurança social, enquanto via de relegitimação da autoridade do Estado, progressivamente lacunar em campos sociais como o económico.

A partir de um conjunto de núcleos conceptuais e directrizes metodológicas de autores que, não obstante dissensões internas, estabelecem uma afinidade electiva entre si na perspetivação deste leque de proposições<sup>ii</sup>, selecciono o contributo analítico de Loïc Wacquant para a produção de conhecimentos sociológicos estáveis acerca da intervenção estatal sobre a pobreza, na óptica já referida<sup>iii</sup>. Proponho-me evidenciar muito sinteticamente linhas de base que informam o pensamento e a prática (sobretudo em França e E.U.A., mas também no Brasil, Argentina e outros países) do cientista social francês, investigador do Centro de Sociologia Europeia e professor de Sociologia na Universidade da Califórnia (Berkeley), procurando revelar e relevar a forte capacidade heurística e de replicação da sua agenda de pesquisa em investigações a desenvolver acerca da acção estatal sobre a pobreza (não precisando essa capacidade face a nenhuma formação social em particular, na presente comunicação):

1. trabalho de campo profundo e dilatado no tempo (com forte pendor etnográfico fundido na antropologia), num quadro metodológico alargado, e pesquisa comparativa de formações sociais distintas, como propulsores de um aperfeiçoamento contínuo e situado de conceitos e suas relações; deste modo, é possível extrair do próprio autor um convite ao questionamento dos efeitos de importações conceptuais acrílicas dos países e escolas centrais da produção científica, porventura nem sempre exercido pela sociologia portuguesa;

2. perspetivação genética e histórica dos fenómenos sociais, fundada nomeadamente na «*matriz histórica da classe, do Estado e do sistema hierárquico característico de cada sociedade*» (Wacquant, 2005b, pp. 7-8), suportada numa densa articulação entre a sociologia e a história;
3. diálogo e confronto com teorias e autores (no caso de Wacquant: Bourdieu, sua influência matricial, cuja obra divulga, replica e aprofunda, Foucault, Garland, Harvey, Elias, entre muitos outros), visando a superação de dicotomias conceptuais e a afirmação de formas de pensamento relacional, cumpridas nas duas subsequentes linhas de base;
4. superação, largamente tributária de Bourdieu, da oposição tradicional entre enfoques materialistas e simbólicos da acção do Estado (regulação da pobreza através dos aparatos assistenciais e penais, como instrumentos de controlo classista, evidenciada pelos primeiros, e inculcação de categorias e de classificações, acentuada pelos segundos), a qual abre caminho para a concepção e objectivação do Estado como importante produtor de desigualdade social e pobreza e não apenas como entidade reactiva a esses fenómenos; não deve essa concepção ignorar, todavia, a capacidade de resistência dos dominados e seus espaços de poder diante da acção do Estado, nem as variações no seio das categorias sociais vulneráveis à pobreza;
5. vinculação da análise das políticas sociais às políticas penais, diluindo amarras conceptuais científicas, pré-construídas, prescritas e reificadas administrativamente pelo próprio Estado, em razão, por um lado, da dupla regulação estatal da pobreza operada pela «mão esquerda» protectora do Estado e pela sua «mão direita» punitiva, numa adaptação dos termos de Bourdieu (1993) concretizada por Wacquant, e em virtude, por outro, dos vasos comunicantes existentes entre as políticas sociais e penais, que favorecem a modelação dos respectivos princípios e técnicas entre si (eventual colonização das políticas sociais pelo registo panóptico e sancionatório das políticas penais);
6. mobilização, apoiada nos dois anteriores eixos de base, do conceito de Estado como «campo burocrático», a partir da construção de Bourdieu (1997), consubstanciado na reconexão das mãos protectora e punitiva do Estado, enquanto campo de forças e de lutas internas e externas ao Estado na selecção, definição e tratamento dos problemas sociais, como processos heterogéneos de constituição de crenças e formulação de *doxas* e respectivas materializações político-institucionais concretas, frequentemente contraditórias e heterodoxas, contrários à percepção do Estado como entidade monolítica e coordenada;
7. desnaturalização das causas de insegurança social (elucidação do senso comum vulgar e depurado, designadamente dos media e de alguma ciência, na elisão das condicionantes sociais e sobrevalorização da responsabilidade individual) e desfatalização das alternativas políticas (afirmação da «primazia do político», porquanto «o que umas escolhas colectivas fizeram, outras podem desfazer» [Wacquant, 2006, p. 325]), em ruptura com uma «*despolitização tendencial do campo intelectual*» (Pinto, 1999, p. 228), com firmes propósitos emancipatórios e de redistribuição do poder na sociedade assumidos por Wacquant, por via nomeadamente da explicitação das «*lutas pelo monopólio da produção da visão do mundo social universalmente reconhecida como universal*» e, portanto, ilusoriamente deshistoricizada, ancorada em «*noções e teses com as quais se argumenta, mas sobre as quais ninguém discute*» (Bourdieu e Wacquant, 2005, pp. 209 e 229).

## **Bibliografia:**

- Bourdieu, Pierre (1993). *La démission de l'État*. In Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde* (219-228). Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1997). Espíritos de Estado: Génese e estrutura do campo burocrático. In Pierre Bourdieu, *Razões Práticas: Sobre a teoria da acção* (69-101). Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre, & Wacquant, Loïc (2005). A Astúcia da Razão Imperialista. In Loïc Wacquant (org.), *O Mistério do Ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática* (209-230). Rio de Janeiro: Editora Revan.

- Pinto, José Madureira (1999). Por um Novo Contrato Social: Contributos para uma Agenda Política. In Vv.A.a., *A Europa Social* (223-243). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vv.Aa. (1998). *Actes de la recherche en sciences sociales*, 124.
- Wacquant, Loïc (1999). *Les Prisons de la Misère*. Paris: Raisons d'Agir.
- Wacquant, Loïc (2005a). Castigar a los parias urbanos, *Ofícios Terrestres*, 17, 10-14.
- Wacquant, Loïc (2005b). Gueto, *Banlieu*, Favela: Ferramentas para se repensar a marginalidade urbana. In Loïc Wacquant, *Os condenados da cidade: Estudos sobre marginalidade avançada* (7-12). Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Wacquant, Loïc (2006). Gueto, Subúrbio, Estado: Reafirmar a Primazia do Político (entrevista por Louis Weber), *Fórum Sociológico*, 15/16, II, 317-326.
- Wacquant, Loïc (2008). *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Cambridge: Polity Press.
- Wacquant, Loïc (2008). O corpo, o gueto e o Estado penal (entrevista por Susana Durão), *Etnográfica*, 12, 2, 455-486.
- Wacquant, Loïc (2009). *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Durham/London, Duke University Press.
- Wacquant, Loïc (2010). Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare and Social Insecurity, *Sociological Forum*, 25, 2, 197-220.
- Wacquant, Loïc (2011). The Wedding of Workfare and Prisonfare Revisited (entrevista por Volker Eick & Karen J. Winkler), *Social Justice*, 38, 1-2, 2011.

---

<sup>i</sup> Ver número 124 de *Actes de la recherche en sciences sociales* (1998), dedicado justamente à evolução do “De l’État Social à l’État Pénal”, com participação de Loïc Wacquant, Bruce Western, David Garland, Nils Christie, Dario Melossi, entre outros autores.

<sup>ii</sup> Confrontar autores constantes na nota de fim de página anterior.

<sup>iii</sup> Da vasta produção do autor, referenciada em <http://loicwacquant.net/>, aponto, sem pretensão de exaustividade e tendo em conta os objectivos da presente comunicação, obras principais como *Les Prisons de la Misère* (1999), *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality* (2008) e *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity* (2009), o relevante artigo "Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare and Social Insecurity" (2010) e entrevistas abrangentes como "O corpo, o gueto e o Estado penal", por Susana Durão (2008), e "The Wedding of Workfare and Prisonfare Revisited", por Volker Eick e Karen J. Winkler (2011).